



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE REDENTORA

Ofício/GP nº. 221/2023

Redentora/RS, 04 de maio de 2023.

Exmo. Senhor:

DENILSON MACHADO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Redentora – RS

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 034/2023.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e demais Vereadores, encaminhamos-lhe, em anexo, o **Projeto de Lei nº 034/2023**, o qual **ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS** para ser apreciado, votado e aprovado, se assim for do entendimento dos nobres Edis.

Atenciosamente,

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS

Prefeito Municipal



CNPJ 87.613.113/0001-40

Rua Pedro Luiz Costa, 388

Centro – CEP. 98.550-000 – Redentora – RS

Fone: (55) 3556-1174 – e-mail: gabinete@redentora.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 034, DE 04 DE MAIO DE 2023

**ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL O ORÇAMENTO VIGENTE E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS, Prefeito Municipal de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e **ELE** sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 21.735,88 (vinte e um mil setecentos e trinta e cinco reais com oitenta e oito centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUN. DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

UNIDADE: 03.01 – SEC. MUN. DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

PROJ./ATIV.: 2.008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

3.3.9.3.34.00.00.0500 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....R\$ 21.735,88

TOTAL.....R\$ 21.735,88

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 21.735,88 (vinte e um mil setecentos e trinta e cinco reais com oitenta e oito centavos) a seguinte fonte de recurso:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

I - Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUN. DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

UNIDADE: 03.01 – SEC. MUN. DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

PROJ./ATIV.: 2.008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

55 3.3.7.1.70.00.00.0500 RATERIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO
PÚBLICO.....R\$ 21.735,88

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 269.486,77 (duzentos e sessenta e nove mil quatrocentos e oitenta e seis reais com setenta e sete centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.074 – CONSÓRCIO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.9.3.32.00.00.0500 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA.....R\$ 9.486,77

3.3.9.3.34.00.00.0500 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
TERCEIRIZAÇÃO.....R\$ 260.000,00

TOTAL.....R\$ 269.486,77

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 269.486,77 (duzentos e sessenta e nove mil quatrocentos e oitenta e seis reais com setenta e sete centavos) a seguinte fonte de recurso:

I - Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.074 – CONSÓRCIO MUNICIPAL DE SAÚDE

269 3.3.7.1.70.00.0500 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM
CONSÓRCIO.....R\$ 269.486,77



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 36.562,49 (trinta e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais com quarenta e nove centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.02 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS FEDERAIS

PROJ./ATIV.: 2.077 - PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA

3.3.9.3.32.00.00.0600 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R\$ R\$ 36.562,49

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 36.562,49 (trinta e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais com quarenta e nove centavos) a seguinte fonte de recurso:

I - Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.02 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS FEDERAIS

PROJ./ATIV.: 2.077 - PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA

298 3.3.7.1.70.00.0600 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO.....R\$ 36.562,49

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 193.969,87 (cento e noventa e três mil novecentos e sessenta e nove reais com oitenta e sete centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.02 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS FEDERAIS

PROJ./ATIV.: 2.078 - INCENTIVO FINANCEIRO - APS

3.3.9.3.32.00.00.0600 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R\$ 3.969,87



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

3.3.9.3.34.00.00.0600 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....R\$ 190.000,00

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 193.969,87 (cento e noventa e três mil novecentos e sessenta e nove reais com oitenta e sete centavos) a seguinte fonte de recurso:

I - Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.02 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS FEDERAIS

PROJ./ATIV.: 2.078 - INCENTIVO FINANCEIRO - APS

301	3.3.7.1.70.00.0600	RATEIO	PELA	PARTICIPAÇÃO	EM
CONSÓRCIO.....				R\$ 193.969,87	

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 104.284,17 (cento e quatro mil duzentos e oitenta e quatro reais com dezessete centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.02 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS FEDERAIS

PROJ./ATIV.: 2.082 - MANUTENÇÃO DO SAMU/SALVAR

3.3.9.3.34.00.00.0600 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....R\$ 104.284,17

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 104.284,17 (cento e quatro mil duzentos e oitenta e quatro reais com dezessete centavos) a seguinte fonte de recurso:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

I – Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.02 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA – RECURSOS FEDERAIS

PROJ./ATIV.: 2.082 – MANUTENÇÃO DO SAMU/SALVAR

313	3.3.7.1.70.00.0600	RATEIO	PELA	PARTICIPAÇÃO	EM
CONSÓRCIO.....					R\$ 104.284,17

Art. 6º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 19.975,13 (dezenove mil novecentos e setenta e cinco reais com treze centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA – RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.092 – MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

3.3.9.3.32.00.00.0621	MATERIAL,	BEM	OU	SERVIÇO	PARA	DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA.....						R\$ 19.975,13

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 19.975,13 (dezenove mil novecentos e setenta e cinco reais com treze centavos) a seguinte fonte de recurso:

I – Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA – RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.092 – MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

334	3.3.7.1.70.00.621	RATEIO	PELA	PARTICIPAÇÃO	EM
CONSÓRCIO.....					R\$ 19.975,13

Art. 7º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 10.871,16 (dez mil oitocentos e setenta e um reais com dezesseis centavos) com as seguintes especificações:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA – RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.094 – PROG PIAPS PORT SES 635/21 – INCENTIVO SOCIODEMOGRÁFICO

3.3.9.3.34.00.00.0621 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
TERCEIRIZAÇÃO.....R\$ 10.871,16

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 10.871,16 (dez mil oitocentos e setenta e um reais com dezesseis centavos) a seguinte fonte de recurso:

I – Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA – RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.094 – PROG PIAPS PORT SES 635/21 – INCENTIVO SOCIODEMOGRÁFICO

339 3.3.7.1.70.00.4011 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO.....R\$ 10.871,16

Art. 8º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 81.856,72 (oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e seis reais com setenta e dois centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA – RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.097 – MANUTENÇÃO DO SAMU/SALVAR

3.3.9.3.34.00.00.0621 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
TERCEIRIZAÇÃO.....R\$ 81.856,72

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 81.856,72 (oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e seis reais com setenta e dois centavos) a seguinte fonte de recurso:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

I - Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.097 - MANUTENÇÃO DO SAMU/SALVAR

345 3.3.7.1.70.00.0621 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO.....R\$ 81.856,72

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 21.950,40 (vinte e um mil novecentos e cinquenta reais com quarenta centavos) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.098 - PROG PIAPS PORT SES 635/21 - INCENT. EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA - PSF

3.3.9.3.32.00.00.0621 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R\$ 1.950,40

3.3.9.3.34.00.00.0621 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....R\$ 20.000,00

TOTAL.....R\$ 21.950,40

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 21.950,40 (vinte e um mil novecentos e cinquenta reais com quarenta centavos) a seguinte fonte de recurso:

I - Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 07.03 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - RECURSOS ESTADUAIS

PROJ./ATIV.: 2.098 - PROG PIAPS PORT SES 635/21 - INCENT. EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA - PSF

346 3.3.7.1.70.00.00.0621 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO.....R\$ 21.950,40

TOTAL.....R\$ 21.950,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

Art. 10º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria do Município, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente no valor de R\$ 74.200,00 (setenta e quatro mil e duzentos reais) com as seguintes especificações:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE: 04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIV.: 2.009 - MANUTENÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS

3.3.9.0.35.00.00.00.0500 SERVIÇO DE CONSULTORIA.....R\$ 74.200,00

TOTAL.....R\$ 74,200,00

Parágrafo Único - Servirá de recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, na mesma importância de R\$ 74.200,00 (setenta e quatro mil e duzentos reais) as seguintes fontes de recursos:

I – Por Redução de Dotações:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE: 04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIV.: 2.009 - MANUTENÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS

76 3.3.9.0.39.00.00.00.0500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ.....R\$ 74.200,00

TOTAL.....R\$ 74,200,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA-RS, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2023.


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Em 04/05/2023



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 034/2023

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Estamos encaminhando para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe que **“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Este Projeto visa adequar-se ao disposto junto ao Ofício Circular nº 11/2023, emitido pelo Tribunal de Contas da União, conforme pode ser visualizado junto ao anexo, o qual visa o ajuste de Despesas com Pessoal para fins de verificação de Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, resta comprovada a relevância do presente Projeto de Lei e, contando com a proverbial atenção dos Nobres Edis, reiteramos nossos protestos de respeito e consideração, solicitando que a presente matéria seja apreciada, votada e aprovada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA-RS, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal



Ofício Circular DCF nº 11/2023

Porto Alegre, 19 de abril de 2023.

Assunto: Despesas de pessoal para fins de verificação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Serviços públicos de saúde. Esfera de complementariedade. Consórcios Públicos. Organizações Sociais – OS. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Agentes Comunitários de Saúde. SAMU. Despesa com pessoal do ente Municipal. Orientações técnicas.

Senhores Administradores:

O Tribunal de Contas do Estado destaca as orientações técnicas provenientes das decisões proferidas nos Processos nº 04768-0200/15-7, nº 12439-0200/17-8 e nº 09577-0200/18-0, relatados em conjunto em sessão do Tribunal Pleno do dia 21 de setembro de 2022, que envolvem o relevante tema das despesas de pessoal e de saúde.

O Tribunal Pleno, por unanimidade, acolhendo a proposta de voto elaborada pela Conselheira-Substituta Heloisa Tripoli Goulart Piccinini, Relatora, por seus jurídicos fundamentos, em relação ao exame da matéria tratada no presente feito por esta Corte de Contas, decide adotar como Orientação Técnica as seguintes conclusões:

a) no caso da Atenção Básica, por ser de competência finalística dos municípios, os valores que remuneram pessoal deverão ser incluídos nos cálculos dos artigos 18 e 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, independentemente de existir o quantitativo mínimo de pessoal indicado nas normas de regência e de o caso concreto admitir a complementariedade;

b) no caso de o município atuar nos serviços de Média e Alta Complexidade, trazendo para si a responsabilidade pelo recebimento dos recursos e a realização das despesas, o valor repassado ao fundo municipal, a partir das demais esferas federativas e que ingressa como receita, deverá ser contabilizado como Despesa com Pessoal, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei



de Responsabilidade Fiscal – LRF, na respectiva fatia do montante que remunera pessoal;

c) no caso de terceirização de mão de obra que se refira à substituição de servidores públicos (§ 1º do artigo 18 da LRF), independentemente da licitude da contratação, os valores dos contratos deverão ser considerados para fins de Despesas com Pessoal do órgão, para fins de apuração dos limites previstos no artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

d) no caso de Consórcios Públicos, por serem equiparados aos entes federados quanto aos ajustes celebrados com privados, os vínculos jurídicos que estabelecerem com Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público para a prestação de serviços públicos de saúde no nível da Atenção Básica, são apenas admitidos; neste caso, as despesas atreladas ao custeio de pessoal deverão ser computadas para fins de limites de Despesa com Pessoal da LRF dos entes consorciados, observada a proporcionalidade de participação estabelecida nos respectivos contratos de rateio;

e) a participação complementar de Organizações Sociais – OS e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP para atuar nos serviços de Atenção Básica de saúde é admitida, de forma excepcional, involuntária, temporária, condicionada às normas de direito público, às diretrizes do SUS e, principalmente, à comprovação de insuficiência das disponibilidades próprias dos entes locais. A necessidade de complementação deverá constar nos respectivos planejamentos de gestão e Planos de Saúde, com aprovação dos Conselhos de Saúde;

f) o valor que remunera pessoal junto às entidades não-estatais que executam os serviços no nível de Atenção Básica de saúde (competência municipal), em decorrência de ajustes firmados com o Poder Público, deverá ser computado como Despesa com Pessoal, independentemente da regularidade ou da natureza do ajuste;

g) a atuação de Organizações Sociais – OS e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP nos serviços de saúde de Média e Alta Complexidade é permitida;



h) o valor que remunera pessoal junto às entidades não-estatais que executam os serviços de Média e Alta Complexidade, quando o município estiver habilitado à chamada gestão plena ou houver aderido, de alguma forma – junto à União ou ao Estado – à garantia de acesso de usuários a esses níveis de atenção, trazendo para si as competências finalísticas dos demais entes e, por consequência, a responsabilidade pelo recebimento dos recursos e a realização das despesas, remanejado para o fundo municipal, deverá ser computado como Receita Corrente Líquida, e as respectivas Despesas com Pessoal apuradas nos termos dos artigos 19 e 20 da LRF;

i) no caso de vínculos formalizados com fundamento na Lei Federal n. 13.019/2014 para a prestação de serviços públicos de saúde, os valores repassados a Organizações da Sociedade Civil que remunerem pessoal ligado às atividades de competência do município (Atenção Básica), independentemente da legitimidade do ajuste, deverão integrar o câmputo de Despesa com Pessoal do respectivo município para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal;

j) no caso de Agentes Comunitários de Saúde, os recursos recebidos da União não serão computados para fins de Despesa com Pessoal (§ 11 do artigo 198 da Constituição Federal), devendo, contudo, ser computadas, para fins de limites da Lei de Responsabilidade Fiscal do respectivo ente, as despesas relacionadas às vantagens estabelecidas, nos termos do § 7º do artigo 198 da Constituição Federal, pelo Estado e pelos municípios;

k) no caso do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, é permitida a operacionalização dos respectivos serviços por meio de contratos de prestação de serviços, tendo por objetivo a execução como atividade complementar aos serviços locais do SUS; os recursos que remuneram esses serviços, quando sua execução for transferida e não evidenciar a substituição de servidores, não integram o câmputo de gastos com pessoal do ente respectivo;

l) no caso das fundações públicas de direito privado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo instituidor, além de submeterem-se às normas de contabilidade pública, à Lei Federal n. 4.320/1964 e à Lei Complementar Federal n. 101/2000, devem estar compreendidas na Lei Orçamentária Anual – LOA (artigo



165, § 5º, inciso I, da Constituição Federal) e observar a Lei Federal n. 6.404/1976, no que couber. Ademais, suas Despesas com Pessoal deverão ser computadas, para fins dos limites previstos nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, junto aos montantes dos respectivos órgãos instituidores.

Os extratos das decisões foram disponibilizados no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado em 28 de novembro de 2022, pp. 6 a 10, que podem ser acessados em (<https://tcers.tc.br/repo/det/2022/11/de-v-20221128-20221129.pdf>).

Os processos por sua vez podem ser consultados em sua íntegra na página do Tribunal de Contas do Estado na internet em Cidadão > Consulta Processual Pública > Consulta Processual > Pesquisar por número do processo, onde se encontram também os respectivos "Relatório e Voto", que detalham cada uma das orientações advindas das decisões e transcritas acima. Para facilitar a busca, seguem os respectivos links:

- Processo nº 04768-0200/15-7: (https://portal.tce.rs.gov.br/app/visdoc-angular/anonimo/open/PRE/871184#id_arquivo=3452647);
- Processo nº 12439-0200/17-8: (https://portal.tce.rs.gov.br/app/visdoc-angular/anonimo/open/PRE/871185#id_arquivo=3452692);
- Processo nº 09577-0200/18-0: (https://portal.tce.rs.gov.br/app/visdoc-angular/anonimo/open/PRE/871205#id_arquivo=3452716).

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas com o Setor de Atendimento na página do Tribunal de Contas em Fiscalizado > Para o Fiscalizado > Central de Serviços (novos chamados).

Ao ensejo, cordiais saudações.

Atenciosamente,

Bruno Alex Londero,
Diretor de Controle e Fiscalização.